

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Agradeçam a eles

“A decisão dos generais, especialmente dos que comandavam regiões, e do comandante do Exército (general Freire Gomes), de se manterem no seu papel constitucional, foi determinante para que o golpe, mesmo tentado, mesmo posto em curso, não prosperasse. Mas, crime houve”, diz o relatório do procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Empoderado

Em conversas reservadas, comenta-se que o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, é o novo menino prodígio de Lula. Isso porque ele tem sido chamado para quase todas as agendas presidenciais. Há quem diga que Costa Filho tem o perfil certo para assumir a coordenação política do governo. Se não for para o lugar de Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, ainda assim será um dos interlocutores do Centrão no governo.

Por falar em reforma ministerial...

Há parlamentares que defendem que o período para realizar a troca de ministros “expirou” em janeiro. Uma reforma ministerial agora seria ruim, pois não teria tempo de oxigenar as pastas. A avaliação é de que, até um novo ministro tomar pé da situação, já terá que sair para concorrer em 2026. “Agora em março vai adiantar do quê?”, questionou um deputado.

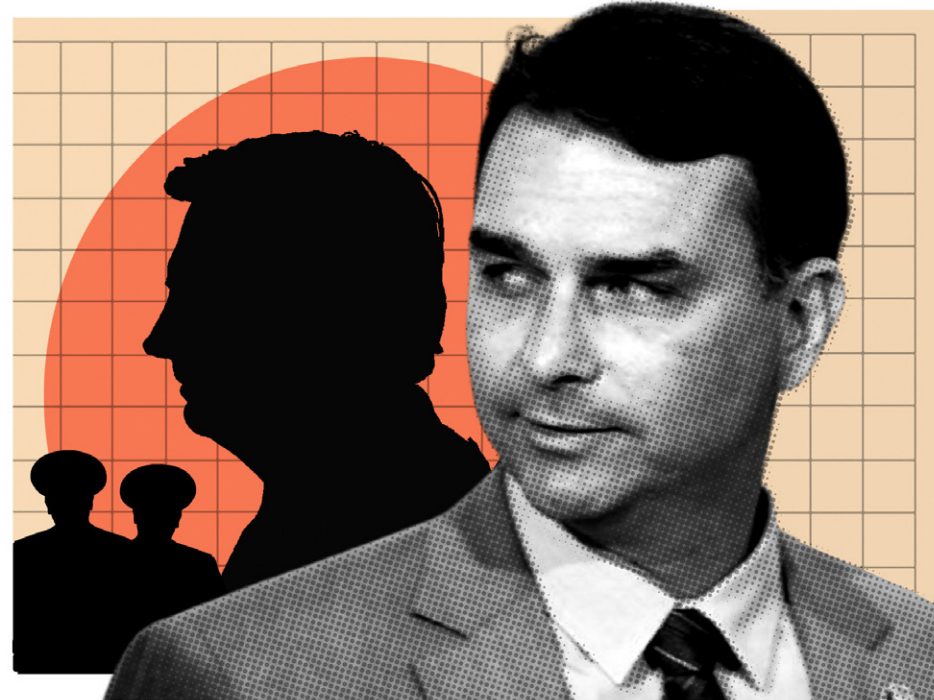
Tema espinhoso

Mesmo com a ala bolsonarista defendendo que a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 tem condições de ser aprovada, a ala mais à esquerda disse ter ouvido do presidente da Casa que a pauta “não está no seu radar”. Hugo Motta quer deixar os problemas para resolver depois do carnaval. Primeiro, vai montar as comissões técnicas.

Flávio, o candidato

Com Jair Bolsonaro denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), confirmando as apostas dos políticos ao longo das últimas semanas, o PL se divide. Uma ala, menos afeita ao bolsonarismo, quer que o partido isole os mais ferrenhos apoiadores do ex-presidente e passe a apostar em nomes mais alinhados ao centro. Bolsonaro e seus aliados mais

próximos vão lutar para tentar anistiá-lo, mas, diante das dificuldades pela frente, preferem que o partido passe a incensar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Como o leitor da coluna já sabe, o ex-presidente quer, ainda que não seja candidato, a inscrição “Bolsonaro 22” nos santinhos de campanha de 2026. Esta será a guerra dentro do PL.



Nada disso

O Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a obrigatoriedade de identificar no rótulo a presença de transgênicos, na composição de alimentos, quando o percentual for menor ou igual a 1%. De acordo com o Idec, a deliberação é inconstitucional por ser contrária aos princípios de direito do Brasil e ofender direitos fundamentais, além de normas constitucionais da defesa do consumidor. Esse tema vai render.

CURTIDAS

Dentro da normalidade/ Apesar da disputa por trás da presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o tempo para definição das presidências nos colegiados na Câmara dos Deputados está normal. Segundo os parlamentares, as comissões são definidas sempre entre os dias 13 e 15 de março. A exceção foi em 2015, quando o ex-deputado Eduardo Cunha ainda era presidente da Casa.

Tranquilidade/ No Senado, estava tudo amarrado desde a candidatura do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). Por isso, a previsão dos senadores é de que as eleições das presidências das comissões sejam rápidas, incluindo as das vice-presidências. Mas os trabalhos só devem começar após o carnaval.

Cadu Gomes/VPR



Esfere desembarca em Brasília/ O “think tank” Esfera espera receber 400 pessoas, entre autoridades e convidados, para a inauguração da Casa Parlamento, hoje, às 19h. A CEO do grupo, Camila Camargo Dantas, filha do fundador do Esfera, o empresário João Camargo, decidiu criar o espaço a fim de promover encontros para debate de temas relevantes para o país. A abertura contará a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (foto), do presidente da Câmara, Hugo Motta, e do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha.

Guilherme Cunha Costa/ A coluna deixa aqui os mais profundos sentimentos de solidariedade à família do ex-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abri), falecido ontem por complicações decorrentes de uma metástase.

PODER

Ministro do STF determina à CGU devassa nas solicitações dos parlamentares, liberadas em 2024, para as quais não há a especificação da aplicação dos recursos. São quase R\$ 470 milhões, segundo relatório do TCU, sem plano de trabalho registrado

Dino exige pente-fino nas emendas

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Controladoria-Geral da União (CGU) faça a auditoria de emendas parlamentares liberadas no ano passado sem que houvesse especificação em que seriam aplicadas. Uma nota técnica do Tribunal de Contas da União indicou que 644 planos de trabalho não foram cadastrados, apesar dos repasses correspondentes a aproximadamente R\$ 469 milhões.

Segundo o relatório do TCU, o montante é referente à aplicação de recursos das emendas Pix que não tiveram os planos de trabalho apresentados na plataforma *Transferegov.br*. Segundo Dino, falta o detalhamento correto das emendas. O ministro determinou que a CGU apresente, em até 60 dias, os dados exigidos.

O magistrado também encaminhou a informação sobre os 644 planos não cadastrados para a Procuradoria-Geral da República (PGR), “com vistas à promoção de responsabilidade, na instância própria, em relação aos gestores

Felipe Sampaio / STF



estaduais e municipais omissos, inclusive no que se refere à eventual improbidade administrativa”.

“É importante lembrar que, anteriormente, não havia tais registros eficazes quanto à execução das ‘emendas PIX’, dando ensejo à utilização de recursos de forma desconectada com as necessidades locais e com as

prioridades estabelecidas nos planos de desenvolvimento regional”, observou Dino.

A nota técnica do TCU informa ao Supremo que “nos últimos seis anos, aproximadamente 86% das emendas parlamentares pagas foram executadas por meio de transferências (Pix), enquanto 14% ocorreram por aplicação direta. Entre

as transferências, apenas cerca de 19% permitem rastrear o percurso do recurso desde o autor da emenda até o beneficiário final”.

Nota técnica

Dino também determinou que o TCU encaminhe uma nova nota técnica até 28 de março



É importante lembrar que, anteriormente, não havia tais registros eficazes quanto à execução das ‘emendas PIX’, dando ensejo à utilização de recursos de forma desconectada”

Trecho da determinação do ministro Flávio Dino

sobre o cumprimento da apresentação de planos de trabalho de emendas Pix correspondentes ao período de 2020 a 2023. Ele classificou as informações como “imprescindíveis”.

“Para tanto, determina a intimação do TCU quanto à determinação de apresentação da nota técnica, que deve abranger os

números dos anos de 2020 a 2024, ano a ano. Além disso, determina a ciência da reiteração da determinação de apresentação dos Planos relativos a 2024 e anos anteriores ao Fórum de Governadores, à Confederação Nacional de Municípios, à Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos e à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, a fim de que comuniquem todos os estados e municípios brasileiros”, frisou.

Em dezembro de 2024, Dino liberou a execução das emendas parlamentares individuais, de bancada e de comissão que haviam sido indicadas por deputados e senadores ao Orçamento de 2025. No entanto, fixou um prazo para que o governo federal apresentasse um plano de trabalho, com normas e orientações sobre prestação de contas na aplicação das verbas.

O ministro mandou a Polícia Federal (PF) abrir inquérito para investigar o caso e ordenou que o governo só poderia executar a verba relativa a 2025 com a conclusão de todas as medidas corretivas ordenadas e a separação entre o relator do Orçamento e autor das emendas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Brasil e Portugal fecham acordos em cúpula bilateral

» VICTOR CORREIA

Os governo brasileiro e português assinam, hoje, uma série de acordos de cooperação, que envolve a aprovação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia e a parceria entre a

Embraer e a Ogma — empresa portuguesa de aviação. Será durante a 14ª Cimeira Brasil-Portugal, que reunirá o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro português, Luís Montenegro. A reunião é o mais importante diálogo de

alto nível entre os dois países.

Ontem, Lula recebeu o presidente Marcelo Rebelo de Sousa no Palácio do Planalto, em retribuição à viagem que fizera a Portugal — foi o primeiro país europeu que visitou neste terceiro mandato —, em 2023, para participar da 13ª Cimeira. Na conversa, Lula demonstrou preocupação com as ameaças à democracia, especialmente com o efeito das redes sociais, e destacou a iniciativa do

governo, que proibiu o uso de celulares nas escolas.

“Nós não queremos que nossas crianças virem algoritmos”, disse o presidente. Lula também ressaltou a importância de Portugal participar da COP 30, em novembro, em Belém.

Outro tema da conversa com Rebelo de Sousa o aumento dos casos de violência, racismo e agressões contra brasileiros que vivem em Portugal. Lula disse

estar preocupado com a situação, apesar de Rebelo de Sousa argumentar que os migrantes brasileiros são essenciais para a economia portuguesa — sobretudo nas áreas de tecnologia, energia e saúde. “Eles rejuvenescem a economia e a sociedade e cultura”, disse o presidente português. O fluxo comercial entre os dois países em 2024 foi de US\$ 4,7 bilhões, com superávit de US\$ 2,1 bilhões para o Brasil.

Rebelo de Sousa também esteve com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), do Senado, Davi Alcolumbre (União-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso. Na sequência, participou da cerimônia de entrega do Prêmio Camões — o principal da literatura em língua portuguesa — para a escritora brasileira Adélia Prado, no Ministério das Relações Exteriores.